

O Paradoxo de Coimbra: relações inter-territoriais e espaço público

No sistema urbano nacional, Coimbra ocupa uma posição paradoxal. É a única cidade de dimensão assinalável (mais de cem mil habitantes) que – fora das áreas metropolitanas ou da sua zona de influência imediata – estrutura e polariza um espaço urbano relevante, não tributário de Lisboa e do Porto. Isso pareceria suficiente para que se esperasse que a cidade fosse um centro atractivo, capaz de robustecer a sua posição e, desse modo, ser um elemento cada vez mais marcante de um litoral onde, como se sabe, se concentra a larga maioria da população portuguesa. E, no entanto, tal espaço revela-se demograficamente pouco dinâmico, crescendo a taxas significativamente inferiores às registadas em outros territórios não-metropolitanos cujas cidades mais significativas têm um tamanho e uma espessura urbana bastante inferiores a Coimbra. Basta lembrar que, entre 1995 e 2006, a população do Baixo Mondego cresceu 1.6%, enquanto a do Baixo Vouga e do Pinhal Litoral, aumentaram, respectivamente, 10.4% e 14.2%.

O que é que pode explicar este paradoxo? As razões não serão fáceis de encontrar e serão certamente várias. Deixo de lado as explicações que privilegiam a determinação do comportamento das cidades pela estrutura económica do seu espaço envolvente, assim como não desenvolverei os argumentos que se referem directamente aos protagonismos políticos que simbolizam a vida recente de cada cidade. Admito que ambos possam ser parte da explicação, mas não os tratarei aqui.

Por isso, irei privilegiar duas questões que me parece que merecem reflexão e que alguma relação hão-de ter com o problema que enunciei. A primeira é, em certo sentido, exterior a Coimbra. Diz respeito à natureza e à evolução das relações inter-territoriais em Portugal, um dos temas menos estudados entre nós, pois a atenção dos investigadores tem-se virado para as características próprias dos vários territórios, considerados em si mesmos. O meu pressuposto é que estas relações se alteraram profundamente nas últimas duas décadas. O país a que estávamos habituados – e que o desenho das cinco NUTS II do Continente reflectia bem – pode ter sido substituído por um “outro país” cujas características são as seguintes: alteração, por força da nova rede interna de conectividades, de relações de mobilidade que privilegiavam as articulações dentro daqueles cinco grandes espaços regionais; reforço acentuado da proximidade a Lisboa e ao Porto (mais àquela do que a este), com reduções de tempo muito fortes e, principalmente, com a criação de uma percepção simbólica da proximidade ainda mais intensa; emergência de novas formas de “dispersão” da urbanidade por todo o território, conferindo a cidades de muito pequena dimensão um papel muito mais do que proporcional ao seu tamanho.

Provavelmente, isto significa que, na generalidade, as NUTS III têm hoje uma importância na estrutura real e “mental” do território muito maior do que tinham há duas décadas atrás, podendo até colocar-se a hipótese de a relação entre NUTS II e III se ter invertido. Os beneficiários disso são, no entanto, as metrópoles, com eventual “perda líquida” do país.

Perante Coimbra, a consequência de tudo isto é que o que podia encarar-se como um espaço constituinte, por natureza, do sistema urbano litoral passou a ser essencialmente um espaço confinado à sua própria dimensão e de difícil progressão, dadas as funções

de “atravessamento” a que se limita. Já no que diz respeito ao interior da Região Centro, com que historicamente se articulava bem, Coimbra sofreu uma súbita e profunda ruptura. Basta imaginar que cidades como a Guarda, Covilhã, Fundão ou Castelo Branco reduziram drasticamente as suas distâncias de Lisboa e do Porto, e mantiveram as que tinham com Coimbra.

A segunda questão sobre que me quero debruçar é agora de natureza interna e faz parte do que podíamos chamar o “projecto de cidade” que Coimbra tem nas suas próprias mãos. É, igualmente, uma questão paradoxal. A cidade em que são tão relevantes características diferenciadoras urbanas como as que resultam do conhecimento e do património universitário, da medicina e da saúde, das ciências da vida, da cultura e da ciência apresenta um espaço público urbano tão trivial como o da generalidade das cidades médias nacionais e escassamente (ou apenas limitadamente) influenciado por tais características que, por isso, deixam de ser valorizadas e incluídas numa estratégia de competitividade urbana.

Se excluirmos o património histórico (irremovível mas pouco rentabilizado), as inovações urbanas destinadas a criar um espaço público contemporâneo, capaz de exprimir o sentido de uma cidade funcionalmente liderante em contextos territoriais muito mais amplos do que ela mesma, são escassas e são facilmente comparáveis com as de outras cidades de menor escala. E, nessas novidades, os novos equipamentos comerciais de características homogeneizadoras e banais assumem a parte principal.

Mas haverá mecanismos para reflectir na imagem reconhecida da cidade recursos do tipo dos que Coimbra dispõe, por forma a torná-la diferenciada, competitiva, atractiva e, por isso, dotada de maior espessura urbana, com consequências na demografia, no emprego e nas funções que presta a outros centros? Parece-me que sim. Isso vê-se já noutras cidades por esse mundo fora. No caso de Coimbra, o uso do próprio espaço urbano (os edifícios e o conjunto de externalidades que esse espaço comporta) para instalar centros, associações ou empresas de cariz científico e cultural parece elementar, em vez do recurso às formas comuns de criação de parques empresariais com estas finalidades. Esta é, aliás, uma solução já apontada por um qualificado gestor de ciência, Carlos Faro¹, quando dizia: “Coimbra já é, há muitos anos, um grande parque urbano de Ciência e Tecnologia, aliás o mais antigo de Portugal. Só é pena que nunca se tenha estruturado e organizado como tal!”.

E se é assim neste domínio, é-o também na cultura, nas artes emergentes, na fruição lúdica do conhecimento, nos inúmeros aspectos do relacionamento cultural do país, em termos internacionais. Tudo isto dimensões cosmopolitas que podem colocar uma cidade para além do trivial, isto é das réplicas pequenas e vulgares ao alcance de todos.

Ora, a verdade é que o espaço público da cidade não tem sido, sob nenhum aspecto, um capital activo permanentemente recriado para construir a cidade singular que o sistema urbano nacional precisa para ser mais autónomo, mais coeso, mais exemplar.

Por isso, parece-me que as duas dimensões críticas para resolver o paradoxo coimbrão são justamente as que aqui tratei – uma consciência forte da necessidade de cerzir o espaço público da cidade em termos renovados e de reconstruir um espaço largo de convivência e solidariedade, o que passa pelas funções que preste quer dentro da grande cidade em que o litoral português se possa tornar, quer num espaço de que – através de

¹ Responsável do Biocant, no *Diário As Beiras*, de 27 de Abril de 2009, apontando o “erro estratégico” de “reduzir o Parque de Tecnológico de Coimbra ao iParque”.

novas conectividades – façam parte o interior da Região Centro e a raia espanhola, não descurando Madrid, com quem é possível pensar relações qualificadas.